



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Abordagem territorial da política de Educação Profissional na Bahia – Brasil: fundamentos e contradições

Por: Heron Ferreira Souza²⁸,

Roberto da Cruz Melo²⁹

&

Rosemary Lopes Soares da Silva³⁰

Resumo

A dinâmica social e política das duas últimas décadas, a relativa intolerância ao quadro de extrema desigualdade social e econômica e a pouca eficiência das políticas regionais de caráter setorial, impulsionaram a necessidade de um quadro de referência do espaço social para a elaboração, coordenação e avaliação das políticas de desenvolvimento com capacidade de suplantar os antagonismos espaciais (rural versus urbano, etc) numa dinâmica de articulação de atores (sociais, políticos, institucionais, econômicos) e ações. Portanto, objetiva-se nesse trabalho discutir os elementos teóricos dessa nova perspectiva – a abordagem ou enfoque territorial. Verificar como esta abordagem norteia a atual política de educação profissional e tecnológica no estado da Bahia, a partir da análise histórico-dialética da política macro, e suas apropriações no contexto estadual. Com isso, o trabalho baseia-se em análise documental sobre as concepções, racionalidades e intencionalidades da atual política de EPT, evidenciando o uso do enfoque territorial no âmbito da concepção desta política e de sua relação com o desenvolvimento social e econômico.

Palavras-chave: Reforma do Estado Brasileiro; Gerencialismo; Política de educação profissional.

28 Heron Ferreira Souza, Geógrafo, Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaino.

29 Roberto da Cruz Melo, Pedagogo, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ(2012), Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA.

30 Rosemary Lopes Soares da Silva, Pedagoga, Mestre em Políticas Públicas, Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ(2014) Técnica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC-BA.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Resumo

La socia kaj politika dinamiko de la lastaj du jardekoj, la relativa maltoleremo bildo de ekstremaj sociaj kaj ekonomiaj malegalecoj kaj la malalta efikeco de regionaj sektoraj karaktero politikoj, antaŭenigis la bezonon de kadro de socia spaco por la disvolviĝo, kunordigo kaj taksado evolupolitikon kapablas venki la spaca antagonismoj (kampara kontre urbaj, ktp) en dinamika artikulacio de aktoroj (socia, politika, institucia, ekonomia) kaj agoj. Sekve, la objektivo de ĉi tiu studo estis diskuti la teoriaj elementoj de ĉi tiu nova alproksimiĝo - la alproksimiĝo aŭ teritoria alproksimiĝo. Kontrolu ke tiu alproksimiĝo gvidos la nuna metia kaj teknologia edukado politiko en la stato de Bahio, de la makro politiko historia kaj dialektika analizo, kaj liaj kreditoj en la stato kuntekston. Tiel, la laboro estas bazita sur dokumenta analizo de la konceptoj, pravigo kaj intencoj de la nuna EFA politiko, elstarigante la uzon de la teritoria alproksimiĝo en la redaktado de tiu ĉi politiko kaj lia rilato kun la sociaj kaj ekonomia disvolviĝo.

Ŝlosilvortoj: *Brazila ŝtato Reform; Managerialism; Profesia edukado politiko.*

The authors did not send the English text.

A reforma Gerencialista do Estado brasileiro nos anos 90 com maximização da participação social e o viés da responsabilização do cidadão sobre as políticas públicas nos leva ao que anunciava Coutinho (2006) sobre as condições históricas das transformações políticas e sociais no Brasil: a “via brasileira”, isto é, a organização do Estado possui especificidades próprias, que conserva o “velho no novo” nos processos de transformação de suas estruturas, provocando alterações a partir das bases tecnocratas e de um centralismo de decisões associados a frações modernas e atrasadas da classe dominante.

São três os objetivos principais da reforma gerencial do Estado na concepção de Pereira (1998): aumentar a eficiência e efetividade dos órgãos ou agências do Estado; ampliar a melhoria da qualidade das decisões estratégicas por parte dos governos e da burocracia estatal; e assegurar o caráter democrático da

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

administração pública, por meio de um serviço público orientado para o usuário ou cidadão cliente, em oposição a concepção do Estado burocrático de afirmação do poder do Estado e da burocracia estatal.

Para o aumento da eficiência do Estado, Pereira (1998) considera como fundamentos importantes a descentralização e desconcentração das atividades e dos serviços estatais. Para ele, a descentralização e a desconcentração, carregadas de sentido político, estão associadas à capacidade de controle permanente dos cidadãos. Isso exige cada vez mais, critérios específicos que estejam em consonância com os valores defendidos pelos diversos segmentos da sociedade, ou seja: o empoderamento dos sujeitos fortalece o controle social das políticas públicas, na tentativa de superar a crise da legitimidade dos governos que caracterizou o estado burocrático (PEREIRA, 1998, p.105). Portanto, a descentralização obedece ao princípio da subsidiariedade: o que pode ser feito pela cidade, não deve ser feito pela região; o que pode ser feito pela região não pode ser feito pelo poder central. A lógica por detrás dela é simples: as atividades sociais, como educação básica e saúde, e as atividades de segurança local podem ser feitas com um controle muito maior da população se forem realizadas descentralizadamente, no nível local, ou, no máximo, no nível regional ou estadual (PEREIRA, 1998, p.105).

Desse modo, a face que o Estado Gerencialista assume traz uma dupla contradição; a primeira no plano da ampliação da participação da política no contexto de ajuste econômico do Estado, em que este desloca as demandas sociais a serem promovidas como ação de responsabilização individual e ou de coletivos que historicamente reivindicaram os direitos sociais e que nas políticas públicas de educação profissional se traduzem no contemporâneo na expansão da oferta de cursos

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

que venham formar a classe trabalhadora;

A segunda, no plano da sua estrutura e financiamento que afeta a organização dos serviços públicos (descentralização/desconcentração), que na educação profissional se desdobra na: i) pulverização de programas de qualificação do trabalhador; ii) indefinição quanto as finalidades da educação média e as concepções de trabalho; iii) desenvolvimento numa perspectiva de inclusão social e produtiva definidas como norteadoras da expansão da educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais trazendo para o centro de debate a tensa relação entre desenvolvimento econômico, inovação tecnológica, modos de organização do trabalho e educação.

Assim, as racionalidades produzidas para a construção das institucionalidades para expansão dos IFE's, tendem a compreender estes como a "locomotiva" do desenvolvimento, reproduzindo de certo modo no interior da formulação da política pública os interesses do capital expansionista e seus fundamentos de intensificação da organização da base produtiva, traduzidos no caso da expansão federal em articulação com os arranjos produtivos locais e consequentemente, nos processos de materialização do trabalho, como se possível fosse fazer o deslocamento entre formas de produção local, como os modelos de produção de capital concentrado e transnacional. Tudo isso capitaneado pelo Estado com seu caráter mais intervencionista a fim de garantir políticas públicas de trabalho e educação.

A concepção de crescimento permanente foi o fundo do compromisso corporativista de classes, de matriz keynesiana, no desenvolvimento dos países industrializados no período da segunda Guerra Mundial, mas mesmo um quarto de

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

século depois do fim do paradigma keynesiano o crescimento é visto como solução para todos os problemas mundiais. Sem investimentos não há crescimento, e sem crescimento não há política econômica sustentável. A desigualdade é aceita, pois só assim os investimentos se tornam rentáveis. Nos discursos dominantes, a desigualdade é considerada justa por causa dos efeitos positivos sobre os lucros e, por conseguinte, sobre os investimentos e, por conseguinte, sobre o crescimento e os (“justo é o que cria empregos”), embora nenhum dos itens dessa cadeia de argumentação tenha sido provado. (ALVATER, p.157).

É certo que Alvater (2010) ao considerar que a idéia de crescimento se tornou um mantra nos estados modernos passando a compor o cotidiano e as formas de existência, depreende-se que os processos de formalização das políticas públicas de educação também é introduzida numa lógica de economização das relações que são produzidas no interior destas. Na educação profissional, é impossível desconsiderar esse viés quando esta é assumida como política prioritária um caráter expansionista para atender as mediações construídos nos processos de organização da base produtiva, mesmo este ainda considerando como um modo de organização de capitalismo dependente no caso brasileiro.

O Estado e a Política de Educação Profissional na Bahia – Brasil: abordagem territorial.

A análise da educação profissional no Brasil no século XX, de certa forma, retrata sobre a relação entre Estado e mercado no âmbito das especificidades do caso brasileiro, marcado pela forte presença estatal nos processos de regulação e intervenção, porém direcionado pelos interesses das classes dominantes, das elites



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nacionais e locais em detrimento do conjunto da população nacional.

Em 1909 foram criadas, no âmbito do Governo Federal, as chamadas escolas de aprendizes artífices, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, as quais, a partir de 1942 com a Lei Orgânica, passaram a oferecer cursos técnicos. Segundo Picanço (1995), a necessidade de constituir pelo consenso a submissão dos trabalhadores à lógica taylorista/fordista, isto é, por um modelo de formação capaz de incutir nos indivíduos valores pautados na disciplina e práticas requeridas pela indústria nascente, que o Estado e também o empresariado brasileiro fomentou a educação profissional.

É, portanto, no contexto do Estado “forte e regulador” a partir de 1930 – explícito na Constituição do Estado Novo (1937), que responsabiliza indústrias e sindicatos na formação do trabalhador³¹ – que para Picanço (1995, p. 94) “são criados, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), a serem assumidos pelas organizações empresariais”.

A autora acrescenta os traços gerais da política do Estado nesse período para a educação profissional, a partir da desvinculação do ensino primário ao ensino industrial (o que se visualizava nas Escolas de Aprendizes e Artífices), a equiparação do ensino técnico ao secundário e a garantia de acesso ao superior em área correlata (como destacado acima). Mas dentre esses aspectos, a explicitação clara do caráter negligente da proposta do governo no tocante a atenção social ao estabelecer, segundo Picanço,

Omissão total ao caráter de formação para “desfavorecidos da fortuna” ou “desvalidos da sorte”, marca cunhada para essa formação. No propósito da lei, essa

³¹ É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas a seus associados. (Constituição do Estado Novo, 1937 *apud* Picanço, 1995, p. 94)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

modalidade de ensino visaria ao atendimento de interesses do trabalhador, das empresas e da nação. (grifo nosso). (1995, p. 94).

As reformas que se seguiram se deram no plano da Lei de Diretrizes e Bases, focando especificamente na estruturação dos ramos de ensino. De modo geral, em 1961, foi elaborada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A partir da Lei nº 4024/61, o ensino profissionalizante equipara-se ao ensino regular. Como afirma Kuenzer (1997, p. 14), “passa a existir dois ramos de ensino médio diferenciados mais equivalentes”.

Nas décadas de 1950 e 1960, Brasil passa por uma transição do modelo de produção que sustentado na agricultura para a indústria ainda que de forma incipiente soma-se a esta transição o discurso do capital humano nos países desenvolvidos em que seus teóricos (em especial Schultz³²) que justificava o crescimento econômico aos investimentos em educação e qualificação de mão-de-obra. O discurso vigente nesta apontava para a necessidade produtivas do capital, redirecionado a educação profissional para potencializar a produtividade e crescimento econômico. Esses princípios nortearam a elaboração da Lei 5.692/1971, cuja preocupação central era romper a dualidade do sistema – ensino profissional e ensino propedêutico.

Segundo Kuenzer (1997, p. 16), buscava-se substituir “os antigos ramos propedêutico e profissionalizante por um modelo único – por onde todos passam independentemente de sua origem de classe – cuja finalidade é a qualificação para o trabalho profissional conferida pela escola”, na prática isso não foi suficiente para romper a dualidade da educação média brasileira de preparar para o trabalho ou o avanço para profissionalização tardia no ensino superior.

32 Schultz que escreveu a Teoria do Capital Humano (TCH).

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Se a proposta política de educação profissional somente a partir da década de 1950 começa dar sinais explícitos e mais “concretos”/ definidos de atender as demandas produtivas, em especial da indústria de base em fase de consolidação, da indústria de bens de consumo nascente pela política de substituição das importações, e da política de modernização da agricultura, além do setor de serviços, apesar das contradições expostas anteriormente; a década de 1990 representou um momento de retrocesso no âmbito da política, por aquilo que Aguilar (2000) chamou de deserção do Estado.

Nesse momento, segunda metade da década de 1990, as transformações político-econômicas em nível global e os direcionamentos políticos do governo de Fernando Henrique Cardoso, conforme o já exposto anteriormente sobre sua concepção do aparelho estatal, por exemplo, refletiu de forma crucial sobre o papel do Estado com forte propensão regulatória e menos de intervenção ou mesmo de elaboração de políticas sociais mais amplas ou aquelas atreladas a um projeto articulado de desenvolvimento. Em certa medida, o contexto histórico explica a opção adotada pelo referido governo no sentido de restringir as ações do Estado e enxugar a máquina pública, porém os resultados disso foram observados nos anos seguintes de forma endêmica.

Como afirma Bobbio (2009),

Quando a sociedade civil sob a forma de sociedade de livre mercado avança a pretensão de restringir os poderes do Estado ao mínimo necessário, o Estado como mal necessário assume a figura de Estado mínimo, figura que se torna o denominador comum de todas as expressões do pensamento liberal. (p. 129)

Acrescentando a tese de Jonh Rawls, Bobbio (2009) afirma que “o estado

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mínimo é o Estado mais vasto que se possa justificar” (p. 130). Isso no plano da política de educação profissional e tecnológica pode ser amplamente visualizada pelos mecanismos legais de 1997, que recolocou a dicotomização do ensino regular e profissional (Decreto nº 2.208 / 97) e vetou a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica com recursos da União, ficando a criação de novas unidades de ensino a cargo dos estados, municípios e rede privada, sendo esta a mais beneficiada nesse período pelo recebimento de recursos federais para ofertar ensino profissional.

Portanto, foi diante desse quadro anunciado durante a segunda metade da década de 1990 que se colocaram os desafios a serem enfrentados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Empregabilidade: sentidos nas políticas públicas de trabalho e educação

A partir dos estudos e das análises realizadas nos documentos produzidos pelo Ministério da Educação na década de 1990, em especial aqueles relacionados com a Educação Profissional no Brasil, foram analisados leis, decretos, pareceres, resoluções e portarias, produzidos e publicados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e MEC a partir de 1996, ano em que a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi sancionada; documentos do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), assim como os Planos Estaduais de Educação Profissional (PEP), tal período marcado pelas influências neoliberais, busca-se identificar os sentidos que a noção de empregabilidade assumiu na concepção e no desenvolvimento das políticas de formação profissional na atualidade.

Estudiosos como Alberto (2005) e Frigotto e Ciavatta (2006) tem

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

demonstrado que a década de 90 marcada pela reestruturação produtiva que impôs uma nova dinâmica ao mercado de trabalho, bem como o recrudescimento do desemprego estrutural e a erosão de um modelo de emprego alicerçado em carreiras, tem deslocado o sentido da empregabilidade para a questão da ampliação do capital humano pelo desenvolvimento e mobilização de competências.

Para Gazier (apud Alberto, 2005), a utilização desta versão de empregabilidade tem conseqüências em termos de políticas a se desenvolver, que seriam, então, a promoção da aprendizagem ao longo da vida, o aperfeiçoamento de informações sobre o mercado de trabalho e sua flexibilização.

A noção de empregabilidade é usada com a premissa de que os indivíduos devem acreditar que o reiterado retorno à escola seria a garantia de sua inserção e permanência no mundo do trabalho. Os documentos sobre as orientações de políticas educacionais produzidos na esfera da educação buscam gerar a mesma expectativa nos indivíduos. A idéia é que a educação geraria a segurança no trabalho. (ALBERTO, 2005)

Nesta perspectiva, os documentos oficiais desconsideram as dimensões econômicas e sociais como elementos que participam diretamente das questões de geração de empregos e condiciona à dimensão da política educacional a responsabilidade na formação e qualificação como sinônimos de empregabilidade.

Plano Nacional de Educação 2001-2010 e 2011-2020 e Plano de Desenvolvimento da Educação

A conjuntura governamental a partir de 2002, também diante dos interesses e contradições do capital, recolocou a questão da relação educação, trabalho e desenvolvimento segundo racionalidades políticas e econômicas que

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

merecem análise. As expectativas políticas da população e de setores econômicos e sociais organizados viam com esperança o novo governo, esquerdista, porém eram igualmente salutaras as desconfianças em torno da política econômica. De todo modo, as políticas adotadas buscando garantir e/ou fomentar o crescimento econômico do país, caminhava junto com a retroalimentação de políticas sociais incipientes do governo anterior. A diferença a destacar, está na reconfiguração do papel do Estado enquanto agente não apenas regulador, mas interventor, em que a ação política do Estado por meio da elaboração, reconfiguração ou mesmo incremento de políticas passava a ter uma conotação mais ampla e articulada entre os setores diversos.

Um exemplo claro disso, refere-se a criação dos chamados territórios rurais no Brasil, a partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2003, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Apesar do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT ser originário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais, ativo de 1997-2002, o foco difere na abrangência da política. Este tinha um caráter municipal, enquanto o PRONAT além de ganhar uma dimensão nacional tinha como função articular municípios em torno de interesses comuns negociados (ABRAMOVAY, 2001). Os territórios rurais, hoje em alguns casos também denominado de territórios de cidadania, ao passo que canalizam políticas articuladas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico das populações, pela inserção destas na dinâmica econômica local-regional, também representam o espaço de diálogo e emergência de demandas para a (re) formulação de políticas.

Foi nesse novo contexto das políticas nacionais, que o governo recolocou a educação profissional e tecnológica enquanto uma das prioridades, pensando-a em



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

certa medida no bojo de um projeto de desenvolvimento. Porém, a operacionalização da política em si dependeria da reformulação do marco legal produzido no governo anterior. Desta forma, destacam-se: o Decreto 5.154/04 que estabeleceu a oferta de ensino profissional integrado ao ensino médio; além de revogar o [§ 5o do art. 3o da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994](#), incluído na Lei nº 9649, de 27 de maio de 1998, que proibia da expansão da oferta de educação profissional, a partir da criação de novas unidades de ensino por parte da União, o que somente poderia acontecer em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que seriam os responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Diante disso, a Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005 da nova redação ao texto revogado:

§ 5o A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Em 24 de abril de 2007, o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, no qual já aparece anunciado a pretensa relação educação – território – desenvolvimento a partir da educação profissional e tecnológica, tendo como pano de fundo os já pensados Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFET's, os quais serão criados pela Lei 11.892 de 25 de dezembro de 2008. Esta Lei que cria os IFET's toma como base o arranjo institucional dos antigos CEFET's, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais, tendo em vista seu projeto de expansão.

Saviani (2009) ao analisar a proposta do PDE, defini-lo muito mais como um



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

programa de ações do que um plano em si:

Confrontando-se a estrutura do PNE com a do PDE, constata-se que o segundo não constitui um plano, em sentido próprio. Ele define-se, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas no PNE. (...) Ele (o PDE) não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivos do PNE, mas compõe-se de ações que não se articulam organicamente com este. (2009, p. 27)

Se por um lado o PDE em seu conjunto representa apenas ações desarticuladas com a proposta do Plano Nacional na época em vigência, é importante notar em relação a educação profissional e tecnológica o estabelecimento de estratégias que buscavam colocar tal modalidade de ensino numa condição central diante de uma política articulada com outras estratégias de desenvolvimento, que o PNE 2001-2010 não era capaz de atribuir-lhe. O Decreto nº 5.154/04 e a Lei nº 11.195/05 representaram o desenlace legal para o fomento da educação profissional e tecnológica cujo aspecto crucial, e aqui concebido como estratégico na política, estava na própria criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia já anunciado no PDE.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, no que se refere a educação profissional traz como meta: duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta (meta 11). Nesse caso, evidencia-se duas estratégias para alcançar tal meta: 11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional; e 11.9) Expandir o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo de acordo com os seus interesses e necessidades.

É importante notar que os aspectos norteadores da relação educação – trabalho – desenvolvimento no governo Luiz Inácio Lula da Silva, estabelecidos



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

estrategicamente no PDE e no novo Plano Nacional de Educação 2011-2020, aparecem na forma de propostas na avaliação realizada do PNE 2001-2010, em 2009. No quadro, abaixo, destacam-se apenas as metas 9 e 12 em função do caráter propositivo do relatório de avaliação do plano.

Em particular, o Estado da Bahia assume como papel da educação profissional, envolver ações de oferta para a qualificação com foco na inserção de profissionais no mercado de trabalho, principalmente jovens e adolescentes (PPA 2012-2015).

QUADRO 1: Planos Nacionais e de Desenvolvimento da Educação – 2000 - 2020

	Plano Nacional de Educação (2001-2010)	PDE e Novo PNE
Meta		Propõe-se como redação para esta meta:
9	Transformar, gradativamente, unidades da rede de educação técnica federal em centros públicos de educação profissional e garantir, até o final da década, que pelo menos um desses centros em cada unidade federada possa servir como centro de referência para toda a rede de educação profissional, notadamente em matéria de formação de formadores e desenvolvimento metodológico.	“Ampliar a rede federal de educação tecnológica e reconfigurá-la sob uma outra institucionalidade: a de institutos federais de educação, ciência e tecnologia, de modo que essas instituições, distribuídas por todo o território nacional, consolidem a rede federal, até o final da década, como centros de referência na educação profissional e tecnológica no País e como fortes agentes indutores do desenvolvimento local e regional, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, criando 200 novas unidades a cada quadriênio, de forma a atingir um total de 1.000 unidades, até o ano de 2022.”
12*	Reorganizar a rede de escolas agrotécnicas, de forma a garantir que cumpram o papel de oferecer educação profissional específica e permanente para a população rural, levando em conta seu nível de escolarização e as peculiaridades e potencialidades da atividade agrícola na região.	“Reorganizar a rede de escolas agrotécnicas, de forma a garantir que cumpram o papel de oferecer educação profissional específica e permanente para a população rural, levando em conta seu nível de escolarização e as peculiaridades e potencialidades da atividade agrícola na região, conferindo destaque às demandas do pequeno produtor e aos movimentos sociais no campo. Indicadores que

* Cabe salientar que as Escolas Agrotécnicas Federais foram incorporadas aos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia, porém em alguns estados como Bahia e Goiás tais escolas constituíram um Instituto próprio segundo sua tradição agrícola.

O extenso território baiano (567.295 Km²) está dividido em 27 territórios de

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

identidade. Segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia, “território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”, SEPLAN (2012).

Os Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento.

Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Como destacado, anteriormente, a operacionalização das metas resultantes da reconfiguração do papel atribuído à educação profissional e tecnológica no Brasil esteve claramente identificada com a chamada expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais. Segundo dados oficiais do governo no tocante ao a Rede Federal no Brasil:

Os centros de educação tecnológica³³ aumentaram 511,76%, de 2001 para 2006. O crescimento no período foi de 375% na capital e 707,14% no interior. (Relatório de Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2010, vol. 2, Modalidades, p. 434).

Observando, também, o número de matrículas, o aumento foi de 31,80%.

³³ Como os IFET's só foram criados em 2008, a referência feita ao período anterior no documento considerou a antiga institucionalidade.

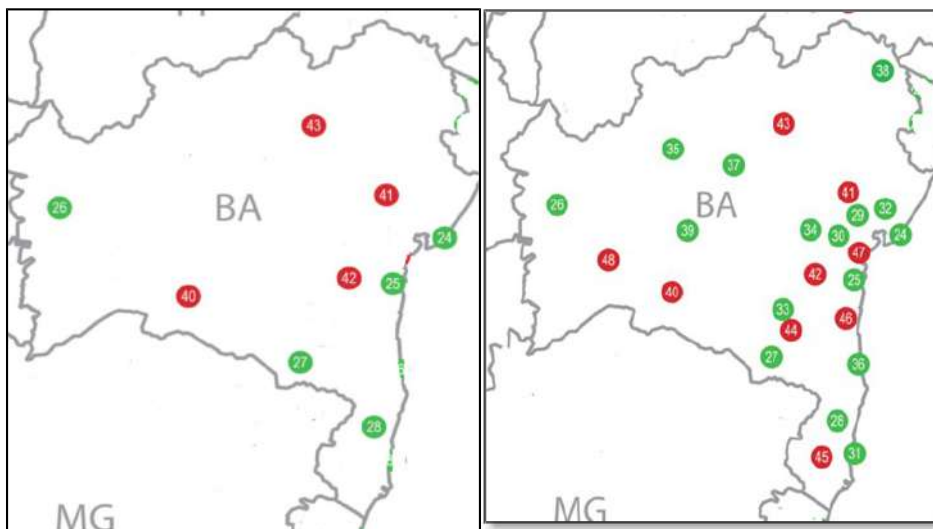
IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Vale ressaltar que o índice de crescimento foi maior na população com mais idade: 34,07% (entre 20 e 24 anos); 75,80% (entre 25 e 29 anos); 62,38% (entre 30 e 39 anos) e 87,25% (acima de 39 anos). (idem, p. 434-435)

Apesar de comumente o processo de interiorização da rede federal ser considerado sinônimo do conceito de territorialidade, não o é. Portanto, a expansão e interiorização dos IFET's significa um processo de distribuição espacial dessas instituições, segundo racionalidades que definem o marco estabelecido para a reorganização da rede. Nesse caso, privilegiar as “cidades médias” ou aquelas que exercem certa centralidade na dinâmica político-econômica de determinada região. Tomam-se os mapas 1 e 2 abaixo, referentes ao estado da Bahia, para exemplificar esse processo de expansão e interiorização dos chamados Institutos Federais.

Mapa 1: Escolas Técnicas - até 2002 Mapa 2: Institutos Federais - até 2010



O conceito de territorialidade, por outro lado, refere-se o

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas." (RAFFESTIN, 1980, p. 158)

Com isso, falar em territorialidade e desenvolvimento no tocante a educação profissional, especificamente a presença dos Institutos Federais, deve-se entender sua capacidade de influenciar e participar da dinâmica das relações sociais e econômicas ao nível do território. Em certa medida, essa compreensão é expressa por Juracy (2009) quando esta afirma que o papel dos Institutos Federais se fundamenta em ouvir e articular as demandas do território nos quais essas instituições estão inseridas, com suas possibilidades científicas e tecnológicas, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social e a construção da cidadania. (2009, p. 36).

As próprias finalidades³⁴ expressas na Lei 11.892 / 2008 que cria os trinta e oito Institutos Federais de caráter multicampi, tomando como base o arranjo institucional dos antigos CEFET's, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas Federais, de certa maneira, explicita as formas como essa territorialidade foi delineada no âmbito da elaboração da política:

- II) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

34 Foram citadas aquelas que melhor expressam a relação feita com o conceito de territorialidade.

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

(BRASIL. LEI 11.892, de 29/12/2008, Art. 6º)

De modo geral, pode-se afirmar que os formuladores da política viram de forma estratégica e, como eles mesmos destacam, inovadora, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET's, pois estes representam concretamente a capacidade de operacionalizar políticas públicas locais/regionais e mesmo articular políticas multissetoriais e ser um vetor de desenvolvimento naquilo que tange aos aspectos econômicos, sociais, culturais, científico-tecnológicos. Conforme afirma Pacheco, secretário de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC / MEC, “os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais” (2010, p. 17).

Desta forma, a intencionalidade da relação entre educação profissional, territorialidade e desenvolvimento fica também explicitada nos princípios norteadores da educação profissional e tecnológica, agora calcado no ensino, pesquisa e extensão, conforme destaca Pacheco:

Integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

construção da autonomia intelectual. (...) A contribuição com o progresso socioeconômico local e regional é fundamental, sendo, para isto, necessário o efetivo diálogo com outras políticas setoriais. (...) E na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, [os IFET's] identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais. (2010, p. 15–16)

Tais princípios norteadores da criação dos IFET's como uma política pública evidencia a necessidade de pensar o desenvolvimento do país em suas diferentes dimensões e colocar o peso devido ao social. Isso, porém, não significa a supressão do econômico; pelo contrário, evidencia a histórica necessidade de articulação do social e do econômico, segundo as especificidades de um projeto nacional de desenvolvimento dialogado com estratégias territoriais (regionais / locais). É nesse sentido que a tecnologia enquanto eixo transversal do processo de formação profissional e tecnológica pautada pelo ensino, pesquisa e extensão, deve articular os interesses econômicos e sociais. Por isso, afirma-se como racionalidade inerente da política de educação profissional e tecnológica:

A intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia. Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho – ciência – tecnologia – cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado e conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. (PACHECO, 2010, p. 24-25)

Nesse contexto, toma-se como exemplo a proposta dos Institutos Federais no estado da Bahia, a partir de um quadro comparativo dos arranjos produtivos locais distribuídos pelos chamados territórios de identidade e das propostas de cursos de

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

educação profissional dos campi.

Considera-se o conceito de Arranjos Produtivos Locais - APLs como sendo aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO E LASTRES, 2003, p.27)

O conceito de APLs apesar de está em construção, atualmente é muito utilizado com o objetivo de direcionar as políticas de fomento à articulação e formação de arranjos produtivos locais. Alguns arranjos na Bahia não foram especificamente identificados pelos órgãos governamentais, mas, utiliza-se uma caracterização de setores da economia – agricultura e pecuária, indústria, serviços e comércio. A fim de facilitar a análise e pela falta de dados disponíveis sobre as APLs de todos os territórios de identidade aqui compreendidos, utilizou-se a categorização dessas APLs pelo setor da economia, como se observa na tabela 1.

Cabe ressaltar a diversidade e especificidades do Estado da Bahia no que tange aos aspectos físico-naturais (biomas), sócio-culturais, econômicos, políticos e históricos. A expressividade dessa dinâmica de formação econômica e social dessas regiões do estado influenciou a formação dos chamados territórios de identidade,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

representando a relativa coesão social, política e econômica.

A Região Metropolitana de Salvador e também a cidade de Feira de Santana concentram um importante setor de comércio e serviços de caráter formal, além de uma densa rede de serviços educacionais, de saúde, etc. Nessas ‘regiões’, segundo Junior et al. (2010, p. 4), “estão os APLs de TI, transformações plásticas, confecções, fornecedores da cadeia automotiva, fármacos e cosméticos e as empresas de beneficiamento do APL de rochas ornamentais”. (Pólo Petroquímico de Camaçari), o setor de serviços e comércio. Já Feira de Santana que é a cidade pólo do território Portal do Sertão, ainda está em fase de consolidação, mas com indicativos de direcionamento apenas para o setor industrial e serviços em detrimento da agricultura e pecuária que é a base de produtividade dos municípios que compõe o referido território.

TABELA 1: ENSINO TÉCNICO FEDERAL NA BAHIA				
Território ³⁵	Total de municípios	Campus / IFET ³⁶	Setores Econômicos ³⁷	Cursos Técnicos ³⁸
Irecê	20	Irecê	Agricultura	Informática, Eletromecânica, Biocombustíveis
Velho Chico	16	Bom Jesus da Lapa	Turismo, Aquicultura e Agricultura Familiar	Informática
Chapada Diamantina	23	Seabra	Agricultura, Turismo	Informática, Meio Ambiente
Litoral Sul	27	Ilhéus Uruçuca	Agricultura, Turismo, Indústria e Tecnologia	Informática, Agrimensura, Agropecuária, Alimentos, Turismo e Hotelaria, Segurança do Trabalho
Baixo Sul	14	Valença - IFBA Valença – IFBaiano	Agricultura, Turismo Aquicultura,	Agroecologia, Agropecuária, Meio Ambiente, Informática, Guia de Turismo Regional, Aquicultura

35 Fonte: Site da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.

36 Fonte: Site: MEC/SETEC.

37 Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado da Bahia.

38 Fonte: Sites Institucionais do IFBA e IFBAIANO, contemplados os cursos Integrados, Subsequentes e PROEJA.

Extremo Sul	21	Eunápolis Porto Seguro Teixeira de Freitas	Turismo, Indústria, Silvicultura	Aquicultura, Agricultura,	Agropecuária, Hospedagem, Meio Ambiente, Edificações, Biocombustíveis, Alimentos, Enfermagem
Itapetinga	13	Itapetinga	Pecuária, Agricultura		Agropecuária, Informática
Vale do Jequiriçá	21	Santa Inês	Pecuária, Agricultura		Agropecuária, Alimentos, Zootecnia, Informática
Oeste Baiano	14	Barreiras	Pecuária, Agricultura, Indústria		Informática, Edificações, Alimentos, Enfermagem, Eletrotécnica
Sertão Produtivo	19	Guanambi	Pecuária, Agricultura, Mineração		Agroindústria, Agropecuária, Informática, Zootecnia, Agricultura
Piemonte da Diamantina	9	Jacobina	Agricultura, Pecuária, Mineração		Mineração, Informática, Eletromecânica, Meio Ambiente
Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte	22	Catu	Petróleo e Gás, Turismo, Indústria, Agricultura e Pecuária		Agropecuária, Informática, Agrimensura, Petróleo e Gás, Cozinha
Portal do Sertão	17	Feira de Santana	Comércio, Agricultura, Pecuária		Eletrotécnica, Edificações
Vitória da Conquista	24	Vitória da Conquista	Agricultura, Pecuária, Indústria		Meio Ambiente, Informática, Eletrônica, Eletromecânica, Segurança do Trabalho
Recôncavo	20	Santo Amaro	Agricultura, Pecuária, Comércio, Turismo		Informática, Eletromecânica, Segurança do Trabalho
Médio Rio das Contas	16	Jequié	Pecuária, Agricultura		Informática, Eletromecânica
Itaparica (BA/PE)	13	Paulo Afonso	Turismo, Indústria, Agricultura		Informática, Eletromecânica, Biocombustíveis
Piemonte Norte do Itapicuru	9	Senhor Bonfim	Pecuária, Agricultura		Agropecuária, Alimentos, Zootecnia, Processamento Básico de Leite, Carnes e Vegetais
Metropolitan a de Salvador	10	Salvador Camaçari Simões Filho	Indústria, Tecnologia, Petróleo e Gás, Turismo	Comércio,	Refrigeração, Química, Petróleo e Gás, Manutenção Mecânica Industrial, Informática, Geologia, Eletrotécnica, Eletrônica, Eletromecânica, Edificações, Automação Industrial, Metalurgia, Meios de Hospedagem, Saneamento

No caso das propostas de curso, ao analisar a tabela 1 acima, observa-se que o Território da Metropolitana de Salvador apresenta forte articulação com o contexto da indústria. No estado da Bahia, os territórios pertencentes ao semiárido (especialmente, o de Irecê, Piemonte da Diamantina, Chapada Diamantina, Velho Chico, dentre outros) ainda são considerados como deprimidos, apesar de alguns terem desfrutado de importância relativa em determinado momento histórico, como é o caso de Irecê. A seca, as incipientes condições de infraestrutura são fatores



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

condicionantes das dinâmicas territoriais que precisam ser considerados no âmbito do desenvolvimento de processos tecnológicos, em especial os de fomento dos APLs. Entre estes, destacam-se a agricultura de base familiar, o sisal, o turismo cultural e de natureza (no caso da Chapada Diamantina), a piscicultura, a caprinovinocultura, as rochas ornamentais, etc.

Nesses casos, ao analisar a tabela 1, pode-se afirmar que o processo de estruturação dos IFET nessas áreas tem priorizado cursos do setor de serviços (informática, edificações, etc.) em detrimento daqueles que dialogam com os APLs locais. Assim, é importante observar o complexo papel dos IFETs no atendimento a demanda a partir de fatores como: 1) pouca discussão em torno de cursos integrados ou mesmo de jovens e adultos que sejam mais contextualizados a realidade dos pequenos produtores, em especial naquilo que concerne as formas de ingresso, ao perfil do curso e a permanência; 2) a necessária articulação urbano – rural, porém é imprescindível ponderar os APLs enquanto prioridade ou estabelecer ações de cunho estratégico no fomento de setores em desenvolvimento, como é o caso do biocombustíveis em Irecê. Porém, isso a partir de um diálogo com outras instituições que por ventura ofertem educação profissional também no território.

Situação semelhante pode ser visualizada no Território Oeste Baiano, uma vez que ao ser caracterizado como detentor de uma “moderna agroindústria de grãos” (SILVA, 2003, p. 69), os cursos ofertados concentram-se no setor de serviço. Por um lado, a função estratégica da cidade de Barreiras enquanto polo comercial e de serviços do território e até mesmo ultrapassando os limites deste pode justificar tais opções, porém fica a lacuna no tocante a dinâmica econômica territorial do setor primário articulado ao secundário. Além disso, alguns serviços claramente

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

identificados com os APLs não são considerados como geoprocessamento, agroindústria, agronegócio, agricultura, etc.

Os territórios do Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul são caracterizados pela agricultura, aquicultura, turismo, silvicultura (Extremo Sul), indústria de informática (Ilhéus). Para Silva (2003, p. 70), ao se referir especificamente ao Extremo Sul considera seu dinamismo econômico “como resultado de combinações diferenciadas de fatores exógenos e endógenos de crescimento”. Certamente, esses três territórios apresentam uma das mais fortes articulações entre os APLs e os cursos oferecidos pelos IFETs.

Nas análises feitas aqui foram consideradas os cursos ofertados pelos campi dos Institutos Federais e as demandas dos APLs, porém é importante aprofundar quais fatores condicionaram a fraca ou a forte articulação dessas duas variáveis.

Considerações Finais

De modo geral, verificou-se como a criação dos Institutos Federais representam um novo momento da Política de Educação Profissional e Tecnológica - EPT diante da atual conjuntura política e papel do Estado no Brasil. Desta forma, as racionalidades inerentes a essa política de EPT estão na difusão da ciência e tecnologia pela expansão territorial dos Institutos nas diversas regiões do país, em especial cidades de porte médio com forte propensão de se tornar ou de fato por serem localidades centrais na dinâmica das regiões ou territórios. Apesar do jogo político na instalação dos IFET's, frequentemente revelado, o central está no processo de interiorização dos IFET's no sentido de ofertar educação profissional e tecnológica, mas também tendo como atribuição o fomento da pesquisa, em especial, a pesquisa aplicada, o desenvolvimento tecnológico, a inovação. Tudo isso no contexto da

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

necessária articulação com as demandas e realidades diversas existentes nos tão diferentes territórios rurais, de identidade e de cidadania, como estão sendo denominados atualmente aquilo que no passado eram chamadas de micro ou meso regiões. Questão que ainda tem sido um enclave.

A preocupação sempre exposta nos documentos oficiais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do governo federal – SETEC sobre a política em curso revelaram a necessidade de promover a inclusão social das parcelas da população historicamente reprimidas e excluídas do acesso ou das condições de permanência ao ensino básico de qualidade ou da educação profissional e igualmente a preocupação com o fomento da dinâmica econômico territorial (PACHECO, 2009: 2010) com base na inovação tecnológica e naquilo que Dallabrida e Fernández (2004) chamaram de inovação social, como a construção de aprendizagens coletivas, nesse caso, permeadas pela difusão tecnológica e científica de forte cunho social (tecnologias sociais) e estratégias socioeconômicas de geração de renda e emprego, como aprendizagens norteadas pelo empreendedorismo, economia solidária, etc.

Concretizar esses objetivos a fim de alcançar o nível de eficiência da política, depende igualmente de uma relação mais articulada dos IFETs com os atores territoriais, além da necessidade de esses Institutos entenderem sua função no contexto territorial e construírem as estratégias para efetivá-la. Disso emerge a importância de verificar o processo de implementação da política a fim de perceber até que ponto tais objetivos têm sido alcançados e quais os desafios a serem superados.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites. Estudos Avançados** (Instituto de Estudos Avançados da USP), vol. 15, n.43, p. 121-140, dezembro de 2001.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

AGUILAR, Luis Enrique. **Estado Desertor. Brasil – Argentina nos anos de 1982-1992.** Campinas, SP: FE/Unicamp; R. Vieira, 2000.

ALBERTO, Maria Angélica. “A noção de empregabilidade nas políticas de qualificação e educação profissional no Brasil nos anos 1990” *In Revista Trabalho, educação e saúde* vol.3 no.2 Rio de Janeiro set. 2005.

BAHIA, **Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Juventude e Trabalho na Bahia – anos 2000: a inserção produtiva dos jovens no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000.** SETRE, 2011.

_____. **Secretaria de Planejamento.** Plano Pluri- Anual Participativo – PPA 2012-2015. SEPLAN, 2012.

BOBBIO, Noberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1.

_____. **LEI No 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

_____. **DECRETO Nº 5.154 - DE 23 DE JULHO DE 2004 - DOU DE 26/7/2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42, da Lei nº 9.394/96. Diário Oficial da União, Brasília, Edição nº 74, 18 abr. 1997.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. “O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas”. *In* LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; MACIEL, M. (Orgs.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, Instituto de economia, 2003.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. **Desenvolvimento Territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. Salerno (2004).

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado.** Rio de Janeiro: Insigth, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

falta e sobra de profissionais qualificados”. In **Revista Trabalho, educação e saúde** vol.5 no.3 Rio de Janeiro nov. 2007.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

HEIDEMANN, Francisco G. “Do sonho de progresso às políticas de desenvolvimento”. In HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UNB, 2010.

JUNIOR, H. de M. F. et al. “Arranjo Produtivo Local e Política Pública na Bahia” In **Anais do VI Encontro de Economia Baiana**, Set. 2010.

JURACY, Caetana (org.). **Institutos Federais. Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

KUENZER, Acacia Zeneide. **Ensino de 2º Grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1997.

MATTOS, P. T. L. **A formação do Estado Regulador**. Revista Novos Estudos, 76, nov. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2008. Políticas, Programas e Ações do Governo Federal**, vol. 2, Modalidades de Ensino. Brasília, INEP, 2009.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PICANCO, I. S. **Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil. SERIE DOCUMENTAL - RELATOS DE PESQUISA**, n. 33, p. 89-97, 1995. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_genese.pdf

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SAVIANI, Demerval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. “O problema regional baiano: novas e velhas questões” In SILVA, Sylvio Bandeira de Mello & SILVA, Barbara-Christine Nentwing. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: 2014